Objeto: Prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos em caráter não eventual, com quilometragem livre, tendo em vista o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas.

Vigência: o contrato terá vigência de 15 meses, com início em 02/05/2011 e término em 1º/08/2012.

Valor total do contrato: R\$ 2.759.992,50.

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Extrato da Ata da VIII Reunião Ordinária

Data da Reunião: 08 de abril do ano de 2011, às 10 horas
Local: Sala de Reuniões, localizada na Avenida Liberdade, nº 32, 7º andar

Defensor Público Coordenador: Horácio Xavier Franco Neto. Participantes: Drs. (as) Alvimar Virgílio de Almeida, Juliana do Val Ribeiro, Bruna Simões, Julio Cesar Tanone, Betânia Devchi Ferraz Bonfá, Mike Luiz Sella da Costa, Rodrigo Serra Pereira, Ricardo Augusto Wlazack Zago, Paula Longo Sanches, Roberta Prestes Abissamra e Marcia Harumi Kobuti

Ausentes justificadamente: Cláudio Lucio de Lima e Rodrigo Emiliano Ferreira

Expediente:

I – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
II - Comunicações da Coordenação; III – Manifestações dos integrantes do Núcleo sobre assuntos diversos: não houve manifestações.

Passou-se a Ordem do dia: PA NUDECON 010/2010 – Interessado: Geunice A. A. Marino. Assunto: Eventual violação do direito à saúde (IAMSPE). A relatora Dra. Juliana do Val Ribeiro propôs o arquivamento do procedimento devido à perda de objeto. A plenária aprovou o arquivamento por unanimidade. Foram analisados extra pauta: Incidentes de Conflito Negativo de Atribuições. O Coordenador informa que recebeu 2 procedimentos do NHABURB, e após analisá-los concluiu que não são de atribuição do NUDECON. A plenária aprovou por unanimidade. PA NUDECON 004/2011 – Interessado: Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Investigação de Denúncia Relativa aos Estabelecimentos que não Repassam Gorjetas aos Empregados. O relator Dr. Rodrigo Serra Pereira propôs o arquivamento do procedimento, pois já existe um projeto de lei tramitando sobre o assunto, bem como, trata-se de matéria trabalhista e o MPT também recebeu o referido procedimento. A plenária aprovou o arquivamento por unanimidade. PA NUDECON 022/2010 – Interessado: Moradores Morro do Samba - Diadema - Defensoria Pública. Assunto: Supostas Práticas Abusivas Eletropaulo - Suspensão Fornecimento de Energia. A relatora Paula Longo Sanches propôs o arquivamento do procedimento, pois, por já existir uma ACP e um acordo judicial sobre esse assunto com a Eletropaulo, além da nova regulação pela ANEEL sobre o tema. O arquivamento foi aprovado pela plenária por unanimidade. PA NUDECON 007/2011 – Interessado: Ana Cristina Campos. Assunto: Telefônica – Condomínio Nova Conquista – CDHU, apartamentos sem linha telefônica. O Coordenador propôs o arquivamento do procedimento, pois, trata-se de demanda individual e os problemas relatados já foram solucionados. A plenária aprovou o arquivamento por unanimidade, com a ressalva de que deve ser enviado um informativo à carreira esclarecendo aos defensores acerca das atribuições do NUDECON. PA NUDECON 015/2010 – Interessado: Comissão de Saúde e Higiene da Assembléia Legislativa de São Paulo. Assunto: Providências no cumprimento da Lei Estadual nº 10.083 de 23 de setembro de 1998, art. 110 (Código Sanitário do Estado) - Erro médico. A plenária decide por unanimidade converter o procedimento em diligência para reunir mais informações e elementos e, após, decidir se será de atribuição do NUDECON IV – Fimdo os trabalhos, nada mais tendo a ser discutido, encerrou-se a reunião.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Extrato de Ata da 236ª Sessão do Conselho Superior da Defensoria Pública

Data da realização: 20/05/2011, 09h30min
Local: Sala de Reuniões da Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar
Hora do Expediente:

I. Sessão Solene de Posse de Defensor Público nomeado em 10/05/2011

II. Leitura e aprovação de ata da sessão anterior
III. Comunicações da Presidência
IV. Comunicações da Secretaria
V. Momento aberto
VI. Manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos
Ordem do Dia
CSDP nº 175/11

Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação 109/08 (regulamenta a gratificação pelo exercício).

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano
O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a alteração da Deliberação CSDP nº 109/2008, de acordo com a Deliberação CSDP nº 228, de 20 de maio de 2011, a ser publicada oportunamente.

Processo CSDP n. 191/2011
Interessado: Defensoria Pública Geral do Estado

Assunto: Proposta de ato concessivo de gratificação "pro labore" a servidores do quadro efetivo da Defensoria Pública.

Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque
O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a edição de ato normativo DPG. CSDP nº 200/11 (Excetuado à pauta)

Interessado: Defensoria Pública-Geral

Assunto: Proposta de abertura do V Concurso Público para seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado.

Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a abertura do certame, nos termos da Deliberação CSDP nº 229, de 20 de maio de 2011, bem como a indicação do Presidente e componentes da Banca Examinadora, conforme abaixo descrito. Deliberou, ainda, homologar o Edital de Abertura de Inscrições, a ser publicado oportunamente.

Presidência da Banca Examinadora - Luiz Felipe Azevedo Fagundes

Princípios Institucionais – Gustavo A. Soares dos Reis
Direito Constitucional – Juliana Saad
Direito Civil – Gislaiane Calixto dos Santos
Direito Processual Civil – Kathya Beja Romero
Direito Penal – Luiz Felipe Azevedo Fagundes
Direito Processual Penal – Gustavo O. Diniz Junqueira
CSDP nº 194/11
Interessado: Tiago Fensterseifer.

Assunto: Pedido de afastamento para participar como palestrante no evento: "16º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental", nos dias 31 de maio e 1 de junho de 2011.

Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno
O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o afastamento, sem percepção de diárias e outras verbas indenizatórias para o interessado. CSDP nº 133/11

Interessado: Defensoria Pública-Geral do Estado

Assunto: Concurso de Promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2010

Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento

CSDP nº 136/11

Interessado: Wagner Giron de La Torre
CSDP nº 137/11

Relatora: Ana Paula Kayamori de Oliveira
CSDP nº 138/11

Interessado: Aparecido Eduardo dos Santos
CSDP nº 140/11

Interessada: Silvana Jota de Figueiredo
CSDP nº 144/11

Interessada: Ana Claudia Carvalho Vigliar
CSDP nº 145/11

Interessado: Roque Jerônimo de Andrade
CSDP nº 147/11

Interessado: Patricia Malite Imperato

Concedida vista para a Conselheira Denise Nakano Veronezi nos processos acima listados.

CSDP nº 184/11

Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

Assunto: Proposta de abertura de inscrições para preenchimento de vagas no Núcleo Especializado.

Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, autorizar a abertura de inscrições para preenchimento de 03 vagas para o Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da pessoa com Deficiência, nos termos do Comunicado abaixo.

Comunicado

Ficam abertas, entre os dias 23/05/2011 à 26/05/2011, as inscrições para preenchimento de 3 (três) vagas de integrante do Núcleo Especializado dos Direitos do Idosos e da Pessoa com Deficiência.

Os interessados deverão protocolizar seus requerimentos, acompanhados de currículo, até 18h do último dia do prazo, na Secretaria do Conselho Superior ou por mensagem eletrônica enviada ao endereço conselheiro@defensoria.sp.gov.br, mediante aviso de remessa e recebimento, não sendo admitidas inscrições de Defensores Públicos que já integrem outro Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, quer como integrante, quer como colaborador.

O processo de seleção dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 03.06.2011. (20-5-2011).

CSDP nº 135/11

Interessado: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos)

Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, converter o julgamento do processo em diligência.

CSDP nº 164/11

Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores

Assunto: Relatório Semestral de atividades do Núcleo Especializado (segundo semestre de 2010)

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório de atividades do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores.

CSDP nº 146/11

Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2010 a fevereiro de 2011)

Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco

Vista concedida a Conselheira Fabiana Botelho Zapata

CSDP nº 148/11

Interessado: Coordenadora do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 084/08 para aumento de integrantes, e abertura de inscrições para membros e colaboradores do Núcleo Especializado.

Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, indicar os seguintes Defensores Públicos para compor o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito:

1 - André Cadurim de Castro – 5ª Defensoria Pública de Franca;

2 - Anísio Vieira Caixeta Junior – 4ª Defensoria Pública de Osasco (notícia participação em vários eventos e cursos relacionados com a matéria);

3 - Gustavo Rodrigues Minatel – 2ª Defensoria Pública de Avaré;

4 - Helena Pires de Oliveira – 6ª Defensoria Pública da Unidade Família Regional Central (atuação acadêmica e artigos publicados na área de direitos humanos e exploração sexual da mulher; membro do Conselho Estadual da Condição Feminina)

5 - Luciano Castreghini Bufulin – 4ª Defensoria Pública de São José do Rio Preto (apresenta dois cursos de pós-graduação lato sensu em Direito Público e Privado; atuou na área de execução penal e atualmente atua na área de Infância e Juventude);

6 - Mariana Salomão Carrara – 48ª Defensoria Pública da Unidade Vara Singular da Regional Criminal da Capital (curso no IBCCRIM com o tema "Criminalização da Homofobia");

7 - Roberta Marques Benazzi Villaverde – 12ª Defensoria Pública da Unidade de Guarulhos (tem pós-graduação lato sensu);

8 - Vanessa Alves Vieira – 2ª Defensoria Pública da Unidade de Guarulhos (atuou em grupo de estudo específico na área).

Suplentes:

1º - Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa – 59ª Defensoria Pública da Unidade Vara Singular da Regional Criminal da Capital;

2º - Vinícius da Paz Leite – 8ª Defensoria Pública da Unidade de Guarulhos;

3º - Fabio Henrique Esposto – 4ª Defensoria Pública da Unidade de Carapicuíba;

4º - Fernando Artacho Carvalho – 20ª Defensoria Pública da Unidade de Osasco;

5º - Bruno Haddad Galvão – 7ª Defensoria Pública de São José do Rio Preto;

6º - Mario Eduardo Bernardes Spexoto – 1ª Defensoria Pública da Unidade de Franca;

7º - Luiza Lins Veloso – 17ª Defensoria Pública da Unidade de Guarulhos;

8º - Aurea Maria de Oliveira Manoel – 10ª Defensoria Pública da Unidade de Guarulhos.

CSDP nº 483/10

Interessado: Wladimir Alves Bitencourt

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público).

Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto relator, criar uma comissão de conselheiros para estudo sobre o tema e abertura de consulta pública.

CSDP nº 484/10

Interessado: Alexandre Calixto

Assunto: Pedido de Reconhecimento de direito à nomeação ao cargo de Defensor Público

Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar

Vista concedida a Conselheira Márcia Regina Garutti

CSDP nº 173/11

Interessado: Coordenador do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 84/08 (regulamenta a abertura de prazo para participar, como

membro ou colaborador, dos Núcleos Especializados, fixa o limite de seus integrantes e dá outras providências).

Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.

CSDP nº 261/10

Interessado: Pedro Antonio de Avellar

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (regimento interno do Conselho Superior)

Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.

CSDP nº 171/11

Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

Assunto: Relatório de atividades do Núcleo Especializado (agosto de 2010 a fevereiro de 2011).

Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco

O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.

Deliberação CSDP nº 229, de 20-6-2011

Autoriza a realização de concurso de ingresso de estagiários pelas Defensorias Públicas da Capital e Regionais da Região Metropolitana da Capital e do Interior do Estado

O Conselho Superior da Defensoria Pública,

Considerando a sua atribuição para regulamentação e distribuição de estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado entre as Regionais e Unidades da Instituição, nos termos do artigo 31, inciso XXII da Lei Complementar Estadual nº 988/06;

Considerando a existência de vagas em aberto na Defensoria Pública da Capital e nas Defensorias Públicas Regionais da Região Metropolitana da Capital e do Interior do Estado;

Considerando que a ausência de estagiários de direito implica prejuízo no serviço público prestado;

Delibera:

Artigo 1º. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo fica autorizada a realizar concurso público de seleção de estagiários de direito para atuação nas Unidades da Defensoria Pública da Capital, das Defensorias Públicas Regionais da Região Metropolitana da Capital e do Interior do Estado, dentro do limite de vagas estabelecido na Deliberação CSDP nº 51, de 09 de novembro de 2007, bem como dos Editais aprovados por este Órgão.

Artigo 2º. O concurso será organizado pelo Centro de Integração Empresa Escola, obedecidas as normas do edital aprovado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Artigo 3º. A Banca Examinadora será composta de 06 (seis) Defensores Públicos do Estado.

Artigo 4º. A divulgação do concurso será feita mediante publicação do Edital no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo de outras formas de comunicação.

Artigo 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Comunicado

V Concurso público para Credenciamento de Estagiários de Direito da Defensoria Pública

Edital de Abertura de Inscrições

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo faz saber que será realizado em locais, data e horário a serem oportunamente divulgados, Concurso Público para preenchimento de 616 (seiscentas e dezesseis) vagas para Estagiários de Direito, que serão regidas de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 988, de 09 de janeiro de 2006 e com a Deliberação CSDP nº 26, de 21 de dezembro de 2006, e pelas Instruções Especiais, parte integrante deste Edital.

Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total das vagas por Regional/Unidade de Atuação para os candidatos portadores de deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932/2002, e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do estágio.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Concurso Público realizar-se-á sob a responsabilidade do Centro de Integração Empresa-Escola, obedecidas às normas deste Edital.

2. O Concurso destina-se ao provimento de 616 (seiscentas e dezesseis) vagas para Estagiários de Direito durante o prazo de validade do concurso, e mais as que se abriram durante o período de validade do presente concurso.

3. Os candidatos credenciados estarão submetidos à Lei Complementar Estadual nº 988, de 09/01/2006 e à Deliberação CSDP nº 26, de 21/12/2006.

4. Os candidatos às vagas oferecidas no presente Concurso ficarão sujeitos à carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

5. As atribuições básicas do estágio estão previstas na Lei Complementar Estadual nº 988, de 09/01/2006, e na Deliberação CSDP nº 26, de 21/12/2006.

6. As Regionais e Unidades de atuação, assim como o quantitativo de vagas de cada uma delas, constam do Anexo I deste Edital.

7. O conteúdo programático consta do Anexo II deste Edital.

II – DO ESTÁGIO

REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

1. Ser cidadão brasileiro ou português, com residência permanente no Brasil.

2. Estar em dia com o serviço militar.

3. Estar no gozo dos direitos políticos.

4. Não possuir condenações criminais ou antecedentes criminais incompatíveis com o exercício das funções.

5. Estar matriculado a partir do penúltimo ano, em curso de graduação em Direito de instituição de ensino superior, na forma do disposto no artigo 75, §§ 4º e 5º, da Lei Complementar Estadual nº 988, de 09/01/2006.

5.1 A comprovação desse requisito deverá ser feita apenas no ato de credenciamento do estagiário aprovado no Concurso.

5.2 Os estudantes matriculados no penúltimo ano de curso de graduação em Direito poderão realizar a prova, mas só serão credenciados se atenderem ao requisito do item 5 deste Capítulo.

6. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital e na Deliberação CSDP nº 26, de 21/12/2006.

7. Para comprovação dos requisitos acima, o candidato deverá entregar, em época própria, os seguintes documentos:

a) cópia reprográfica autenticada da cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;

b) declaração, fornecida pela secretaria da instituição de ensino superior, que esteja cursando o 4º ou 5º ano do curso de graduação em Direito, ou semestre equivalente;

c) cópia reprográfica autenticada de documento que comprove eventual alteração de nome em relação aos documentos apresentados (certidão de casamento etc.);

d) cópia reprográfica autenticada do certificado de reserva ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;

e) atestado fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos;

f) atestado de antecedentes criminais e certidão dos distribuidores criminais da Justiça Federal e Estadual das Comarcas e Sessões Judiciais onde o candidato residiu a partir dos 18 (dezoito) anos de idade.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DO ESTÁGIO

As atribuições básicas do estágio estão previstas na Lei Complementar Estadual nº 988, de 09/01/2006, e na Deliberação CSDP nº 26, de 21/12/2006, distribuídas a critério do Defensor Público responsável pela supervisão, devendo corresponder ao expediente do setor e compatibilizar-se com a duração do turno

de funcionamento do curso de graduação em direito em que esteja matriculado.

TOTAL DE VAGAS

616 (seiscentas e dezesseis) vagas para Estagiários de Direito durante o prazo de validade do concurso, e mais as que se abriram durante o período de validade do presente concurso..

BOLSA MENSAL

R\$ 671,61 (seiscentos e setenta e um reais e sessenta e um centavos), acrescida de auxílio-transporte no valor de R\$ 48,81 (quarenta e oito reais e oitenta e um centavos).

III – DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

1.1 O candidato se responsabilizará pela fidedignidade das informações prestadas no Formulário de Inscrição via Internet, reservando-se a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e ao CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

2. As inscrições para o Concurso serão realizadas exclusivamente pela Internet, das 14 horas do dia 26/05/2011 às 14 horas do dia 09/06/2011, observado o horário de Brasília, de acordo com o item 3 deste Capítulo.

2.1 As inscrições poderão ser prorrogadas por até 2 (dois) dias úteis, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

2.2 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.ciee.org.br.

3. Para inscrever-se o candidato deverá, no período das inscrições, acessar o endereço eletrônico www.ciee.org.br, do CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, e, por meio do link correspondente ao Concurso Público, efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

3.1 Ler e aceitar o Requerimento de Inscrição, preencher o Formulário respectivo e transmitir os dados pela Internet, providenciando a impressão do comprovante de inscrição finalizada.

3.2 O candidato não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

3.3 O CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.4 O descumprimento das instruções para inscrição via Internet implicará a não efetivação da inscrição.